



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

GÊNERO E SUAS IMBRICAÇÕES NA EDUCAÇÃO: DESIGUALDADES NO CURRÍCULO DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA

Jéssica Matos Cardoso ¹; Lorrany Natielle Cardoso Rocha ²; Pâmela Alves Pimentel ³; Carlos Henrique Lucas Lima ⁴.

*Universidade Federal do Oeste da Bahia- jessicamatos19@hotmail.com; lorranynatielle@hotmail.com;
botelhopimentel@bol.com.br; carlos.lima@ufob.edu.br.*

RESUMO

Este artigo tem por principal objetivo analisar algumas práticas escolares, a partir do currículo de uma instituição de ensino no município de Barreiras-BA, aqui exemplificados na forma de atividades para casa e brindes comemorativos às mães. Sendo a Escola um ambiente em que meninos e meninas são inseridos/as no mundo social e que tem por finalidade formar indivíduos de acordo com padrões impostos pela sociedade, percebeu-se, então, que a mesma (re)produz desigualdades baseadas tanto no gênero como no sexo “biológico” desses indivíduos. Para tanto, as autoras deste artigo lançou mão de um arcabouço teórico vinculado a perspectivas pós-estruturalista de gênero e sexualidade. A autora Guacira Louro fundamenta o que decorremos no presente artigo, dando embasamento sobre as relações de gênero na educação, bem como alternativas nos métodos de ensino. Como possíveis intervenções para reformulação de tais práticas, sugere-se cursos de formação docente, assim como de todo corpo institucional e aos pais.

Palavras-chave: Educação, Gênero, Práticas Sexistas

¹ Autora

² Autora

³ Co-autora

⁴ Professor Orientador



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

1. INTRODUÇÃO

Desde o nascimento, meninos e meninas são “atropelados” por construtos sociais que vão influenciar e constituir suas identidades. Meninos são incentivados, desde criança, a brincarem com carrinhos e bola, e meninas, a brincarem com bonecas e brinquedos que remetem a atividades domésticas, moldando-os, assim, a padrões pré-estabelecidos.

Inicialmente produzidas no âmbito familiar, as desigualdades de gênero acompanham meninos e meninas ao longo da vida. Ao adentrarem no espaço escolar, local onde eles/elas têm o seu primeiro contato social e que possui a finalidade de formar indivíduos de acordo com padrões impostos pela sociedade, essas crianças não se veem livres de tais estereótipos, sendo essa instituição mais um espaço (re)produtor de desigualdades.

Dito isso, será, então, possível construir uma educação para as diferenças, uma educação de re(ex)istência às práticas que coagem e regulam gênero e sexualidade? Sendo esse um modelo de ensino que rejeita uma ideia de tolerância e aposta em uma perspectiva que compreende as diferenças como constitutivas de cada um de nós, o presente artigo, fará, inicialmente, um apanhado histórico da construção do conceito de gênero e, em seguida, apontará de que forma a Escola (re)produz as desigualdades de gêneros e como a construção dos gêneros influencia na educação, e por fim, apresentará alternativas para a desconstrução dessas desigualdades.

Decorrendo das impressões iniciais da pesquisa que orientará os Projetos de Conclusão de Curso das autoras deste artigo, o mesmo lança mão de um arcabouço teórico vinculado a perspectivas pós-estruturalistas de gênero e sexualidade.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

2. GÊNERO: UM CONCEITO CONSTITUINTE DAS IDENTIDADES

Buscando inicialmente um significado para o termo gênero, percebe-se que o mesmo não está nos dicionários e sim na trajetória dos movimentos feministas, assim, traz-se um apanhado histórico desde a sua visibilidade em tal movimento, até a reformulação do conceito nas correntes pós-estruturalistas.

Gênero, em primeiro momento aparece relacionado ao social e ao cultural, referia-se às relações entre indivíduos, levando em consideração o sexo “biológico” destes. Durante anos, o conceito de gênero foi tido como oposto ao de sexo, porquanto do âmbito do corpo – da materialidade, tornando-os pólos distintos. Gênero, assim, estaria ligado ao social, e sexo, por outro lado, estritamente ao “biológico”.

Parte-se então de uma perspectiva que suspeita de uma compreensão estritamente “biológica” da matéria, uma vez que a mesma está na via do social e do cultural. Assim, “biológico” destacado aqui, diz respeito a condição mutável, instável e construída da categoria do sexo.

Segundo Butler, sexo é uma construção cultural tanto quanto o gênero, não havendo, nessa perspectiva, distinção entre ambos os conceitos. A autora afirma que “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2008, p. 25 apud ARAÚJO, 2011).

Conforme aponta Guacira Louro (2003), o conceito surge a partir das problematizações do movimento feminista, a partir da necessidade de uma identidade teórica para explicar e reivindicar as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Por volta dos anos 1960 contribuíram fundamentalmente nas discussões sobre a temática, visto que é caracterizado como um movimento reivindicatório, acadêmico e político. Nos países desenvolvidos ganhava cada vez mais força, e surgiram então diferentes correntes teóricas. O conceito de gênero, na ótica feminista permanece em contínua construção, perpassando por



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ele temáticas como a invisibilidade histórica da mulher, a escassa oportunidade nos espaços públicos, econômicos, profissionais e políticos.

Gênero é uma primeira forma de significar as relações de poder. Desde os tempos remotos encontra-se relatos sobre tratamentos desiguais dirigidos ao gênero feminino, firmando um *status* diferenciado para homens e mulheres. Em algumas sociedades, a criança do sexo feminino, quando alcançava idade para se casar, tornava-se então visível, adquirindo assim “serventia” de troca, sendo essa situação “natural” à época.

É um equívoco, portanto, restringir gênero a comportamentos, atitudes e “papéis sociais”, como se disse durante muito tempo, mas sim o conceito está intrinsecamente perpassa o que o sujeito assume socialmente, estando intrinsecamente relacionado nas identidades dos mesmos e não limitando às desigualdades entre homens e mulheres, à dicotomia masculino/feminino. Utilizando a definição de “papéis”, Louro (2003) vem confirmar:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. Ainda que utilizada por muitos/as, essa concepção pode se mostrar redutora ou simplista. Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. (p 24)

Portanto, a ideia de identidade diz-se respeito à constituição do sujeito, não sendo gênero apenas um desempenho de papéis pré-estabelecidos na sociedade e sim formador da individualidade de homens e mulheres. Utiliza-se ainda as palavras de Guacira Louro, a qual aponta que “[...] o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o.” (2003, p. 25)



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

3. PRÁTICAS SEXISTAS NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

A história das mulheres é marcada por desigualdades e subalternização das mesmas. No processo educacional não foi/é diferente. A Escola acaba (re)produzindo essas relações hierárquicas entre meninos e meninas desde os primeiros anos da introdução destes nesse âmbito escolar, sendo, portanto, mais um espaço de opressão, por ser controlada pela sociedade, e assim, pela classe dominante.

Essas desigualdades, de há muito, foram restringidas ao campo “biológico”, sendo explicadas pela ótica do sexo, porém faz-se necessário argumentar que o processo de subordinação das mulheres na história decorre do gênero. Como afirma Guacira Louro (2003)

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (p. 22)

Relações desiguais entre os gêneros também ganham espaço no ambiente escolar. A Escola reconhece essas desigualdades, ou melhor, (re)produz essas práticas distintivas entre meninos e meninas. É cobrado dos alunos/as comportamentos considerados “corretos”, como: as meninas são estimuladas a serem delicadas e altamente caprichadas, onde o mesmo não ocorre com os meninos, que são sempre bagunceiros e agressivos, havendo assim, um tratamento distinto e cobrança dos professores em relação a eles. Outro ponto é nas aulas de educação física, onde as crianças são separadas de acordo com seu sexo, atribuindo dessa forma, atividades diferentes para cada grupo sexual, ocasionando em um limite no processo de ensino-aprendizagem.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Restringindo-se apenas a oposição binária dos sexos e conseqüentemente dos gêneros, a Escola, desde a educação infantil, molda os sujeitos para que estes se enquadrem nos padrões construídos socialmente e tomados como “naturais”. Faz-se necessário assim, desconfiar ou colocar em xeque esses padrões “naturalizados”, pois sujeitos que apresentam comportamentos diferentes ou que fogem à norma passam a ser considerados um “caso” a ser “corrigido”, tanto pela Escola, formadora de indivíduos, quanto pela família, instituição que também regula e coage sexualidades. A partir de uma perspectiva foucaultiana, Vianna e Finco (2009), trazem então o conceito do indivíduo como “caso”.

O caso é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc. (Foucault, 1977:70 apud VIANNA & FINCO, 2009)

Portanto, o grande problema tanto da sociedade, quanto da Escola, seja “naturalizar” as masculinidades e as feminilidades e tomar como norma a heterossexualidade, deslegitimando as sexualidades e os gêneros que estão à margem desse padrão.

Fazendo, então, uma análise do currículo, por meio de atividades passadas aos alunos e brindes comemorativos ao dia das mães, de uma escola no município de Barreiras-BA, percebe-se o quanto as desigualdades de gênero estão arraigadas no âmbito escolar e, sobretudo, a (re)produção de práticas sexistas nessa instituição. As imagens a seguir que compõem o *corpus* de análise do Trabalho de Conclusão de Curso das autoras, é utilizado aqui para corroborar o que foi dito anteriormente.

Assim, a imagem 1, que se apresenta abaixo, corresponde a uma atividade escolar para casa passada aos alunos/as do ensino fundamental, onde é notório a tentativa de estabelecer lugares “apropriados” para cada sujeito em uma dada organização heteronormativa familiar. Fica explícita então, a imposição de padrões dados como “corretos” a ser seguidos pelos indivíduos, tentando moldá-los desde a infância.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

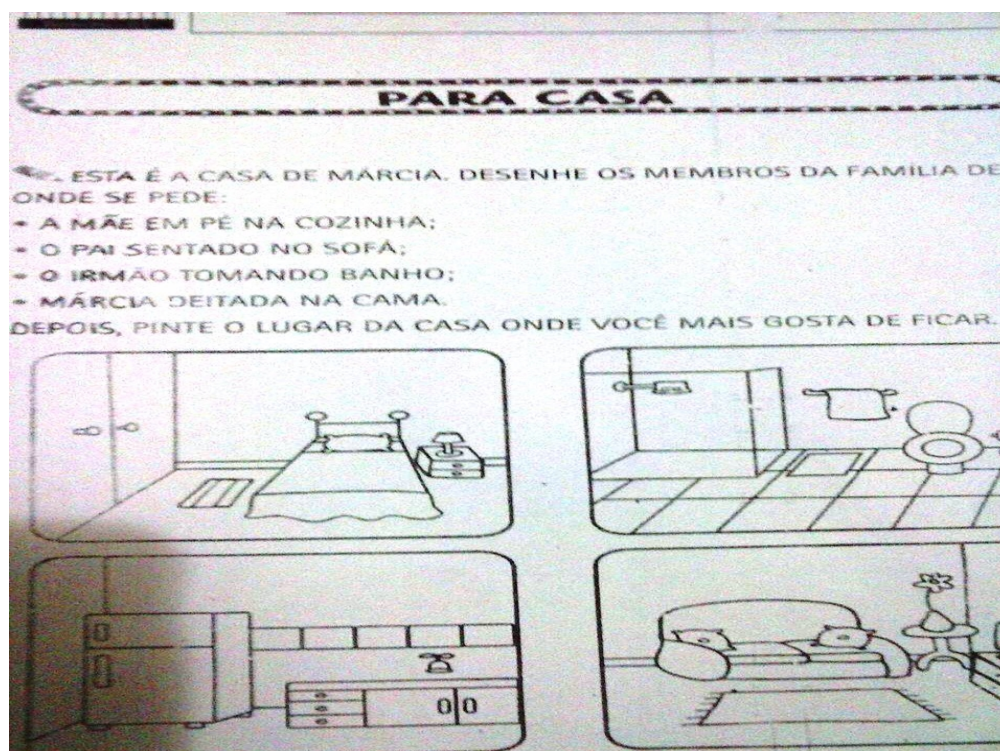


Imagem 1: Atividade passada a alunos/as no Ensino Fundamental de uma escola no município de Barreiras - BA

Ainda analisando o currículo dessa mesma instituição de ensino, a imagem 2, refere-se a um brinde dado pela Escola em comemoração ao dia das mães, confirmando assim, o “papel” que deve ser desempenhado pela mulher, tidas como “naturais” a cada um dos sexos, nas atividades domésticas.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES



Imagem 2: Arte presente em um brinde dado às mães

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que é no campo social que são construídas e reproduzidas as relações desiguais entre os sujeitos, compreendidas nos seus diversos arranjos, seja social, histórico e nas formas de representação. Há quem argumente que essa distinção de homens e mulheres serem biologicamente distintos, o que determina cada um desempenhar um papel específico, como se a distinção “biológica” justificasse a desigualdade.

Pretendeu-se, portanto, com esse artigo inserir no campo social e escolar o debate e através dele reconstruir e (re)produzir as relações (desiguais) entre os sujeitos. Repensar as regras e padrões arbitrários impostos e que definem como se vestir e como se comportar, o que nos leva a concluir que alguns espaços são verdadeiros lugares de opressão e exercício do poder, e a escola não diferente, produz essa ação.

Uma vez constatada a presença do sexismo/heteronormatismo no ambiente escolar, os professores, bem como todo o corpo institucional, devem buscar alternativas que combatam a



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

reprodução deste tipo de preconceito, e desta maneira estimulando os alunos e as alunas à aprendizagem.

Deve-se propor uma nova pedagogia, com uma linguagem que não diminua e atribua valores a gêneros, que deixe de lado hierarquias e que estimule a fala daqueles que são marginalizados e excluídos, que torne essas “minorias” visíveis.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jair Bueno de. **A desconstrução dos processos identitários dos gêneros sexuais em Judith Butler**. Saber acadêmico. 2011

Foucault, 1977:70 apud VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. **Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder**. Campinas, SP, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.